



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Ata da 57ª Sessão Ordinária da 3ª Sessão Legislativa da 15ª Legislatura, realizada pela Câmara Municipal de Cascavel em 31 de agosto de 2015, com início às nove horas e quarenta e três minutos sob a Presidência do Vereador **GUGU BUENO**, secretariada pelo vereador **VANDERLEI AUGUSTO DA SILVA** e com a presença dos vereadores: Aldonir Cabral, Celso Dal Molin, Cláudio Gaitero, Fernando Winter, Gugu Bueno, Ganso Sem Limite, Jaime Vasatta, João Paulo de Lima, Jorge Bocasanta, Jorge Menegatti, Marcos Rios, Luiz Frare, Nei H. Haveroth, Paulo Porto, Professor Paulino, Robertinho Magalhães, Pedro Martendal, Rui Capelão, Vanderlei Augusto da Silva e Walmir Severgnini. – Presidente: Sob a proteção de Deus e havendo número regimental dou por aberta à sessão e solicito ao senhor Secretário que efetue a leitura da matéria de expediente recebida pela mesa. **PEQUENO EXPEDIENTE** – Projeto de lei nº 101/2015. Projeto de lei 102/2015. Ofício SEAJUR/ATL nº 268/2015, em resposta ao requerimento nº 355/2015 do vereador Cláudio Gaitero. Ofício SEAJUR/ATL nº 266/2015, em resposta ao requerimento nº 357/2015 do vereador Cláudio Gaitero. Ofício SEAJUR/ATL nº 267/2015, em resposta ao requerimento nº 371/2015 do vereador Professor Paulino. Ofício SEAJUR/ATL nº 255/2015, em resposta ao requerimento nº 338/2015 do vereador Romulo Quintino. Ofício SEAJUR/ATL nº 256/2015, em resposta ao requerimento nº 356/2015 do vereador Pedro Martendal. Ofício SEAJUR/ATL nº 258/2015, em resposta ao requerimento nº 341/2015 do vereador Pedro Martendal. Ofício SEAJUR/ATL nº 259/2015, em resposta ao requerimento nº 335/2015 do vereador Professor Paulino. Ofício SEAJUR/ATL nº 260/2015, em resposta ao requerimento nº 342/2015 do vereador Rui Capelão. Ofício SEAJUR/ATL nº 261/2015, em resposta ao requerimento nº 337/2015 do vereador Pedro Martendal. Ofício SEAJUR/ATL nº 262/2015, em resposta ao requerimento nº 334/2015 do vereador Professor Paulino. Ofício SEAJUR/ATL nº 265/2015, em resposta ao requerimento nº 259/2015 do vereador Romulo Quintino. Ofício SEAJUR/ATL nº 263/2015, em resposta ao requerimento nº 317/2015 do vereador Paulo Porto. Ofício SEAJUR/ATL nº 272/2015, em resposta ao requerimento nº 375/2015 do vereador Jaime Vasatta. Ofício SEAJUR/ATL nº 271/2015, em resposta ao requerimento nº 376/2015 do vereador Jaime Vasatta. Ofício SEAJUR/ATL nº 270/2015, em resposta ao requerimento nº 377/2015 do vereador Paulo Porto. Ofício SEAJUR/ATL nº 273/2015, em resposta ao requerimento nº 349/2015 do vereador Jorge Menegatti. Ofício SEAJUR/ATL nº 269/2015, em resposta ao requerimento nº 351/2015 do vereador Jorge Menegatti. Ofício nº 150/2015, do gabinete do Vereador Rômulo Quintino, informando ausência na presente sessão. Parecer nº 69 favorável da Comissão de Economia, Finanças e Orçamento ao Projeto de lei nº 92/2015. Parecer nº 12 favorável da Comissão de Trabalho e Legislação Social ao Projeto de resolução nº 9/2015. Parecer nº 155 favorável da Comissão de Justiça e Redação ao Projeto de resolução nº 9/2015. Parecer nº 161 favorável da Comissão de Justiça e Redação ao Projeto nº 92/2015. Parecer nº 163 favorável da Comissão de Justiça e Redação à Emenda nº 1 ao Projeto de lei nº 82/2015. Inscritos pra falar no grande expediente os vereadores: João Paulo de Lima, Professor Paulino, Luiz Frare, Jorge Menegatti,



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Robertinho Magalhães, Rui Capelão e Nei H. Haveroth. – Presidente: Finda está a leitura da matéria de expediente. **INCLUSÃO OU DESTAQUE PARA ORDEM DO DIA:**

- Presidente: Deixo a palavra livre pra inclusão ou destaque para a ordem do dia. (Não houve). **ORDEM DO DIA** – Presidente: Temos as atas da 53ª e 54ª sessões ordinárias, realizadas dias 24 e 25/08/2015. Em discussão as atas. Em votação, os vereadores que forem favoráveis permaneçam como estão e os contrários que se manifestem; atas aprovadas pela totalidade dos senhores vereadores presentes. Temos em primeira discussão e votação o Projeto de lei nº 65/2015, que cria o Programa Pedestre Seguro no Município de Cascavel e dá outras providências, de autoria do vereador Jorge Menegatti. Esse projeto recebeu pareceres contrários da Comissão de Justiça e Redação e da Comissão de Economia, Finanças e Orçamento. Coloco em discussão o parecer contrário da Comissão de Justiça e Redação ao Projeto de lei nº 65/2015. Em discussão o parecer. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra vereador Jorge Menegatti. – Vereador Jorge Menegatti: Gostaria de lembrá-los que esse projeto já foi pra votação em 2014; protocolado por essa Casa no final de 2013, aprovamos esse projeto nesta Casa e, derrubamos um parecer na época da Comissão de Finanças, derrubado por essa Casa. Aprovamos e foi pra mão do prefeito, foi vetado e voltou o veto pra essa Casa e essa Casa manteve o veto do prefeito por 11 a 9; manteve o veto do prefeito. Só pra lembrar aos senhores que, é um projeto que está sendo colocado devido à importância desse programa. Temos em Cascavel hoje, até este momento 55 atropelamentos. No ano passado, tivemos 137 atropelamentos. Temos um trânsito extremamente violento e as cidades que têm essas faixas elevadas de pedestres, o número de acidentes diminuiu consideravelmente. Temos o Balneário Camboriú que tem um monte, Francisco Beltrão também, funciona bem, Toledo, Marechal Rondon tem muito dessas faixas elevadas e Cascavel, infelizmente não tem. Quero contar com a colaboração dos nobres pares, pra que derrubem os pareceres da Comissão de Economia, Finanças e Orçamento e da CCJ, pra que a gente possa votar e mostrar o projeto novamente. Sabemos que a Comissão está embasada e tem o parecer técnico. Posso não concordar, mas respeito à posição da Comissão e, também da CCJ. Da vez passada, a CCJ deu parecer favorável, agora deu contrário. Apesar de a lei ter sido regulamentada pelo Contran, então teve parecer contrário; mas gostaria que os senhores pensassem naquelas pessoas que são atropeladas. É um projeto extremamente barato e que podemos colocar em Cascavel. Por que não pensar na população? Sabemos que a Comissão e a Frente Parlamentar de Saúde batem tanto em saúde pública e correm tanto atrás disso e, sabemos que o Hospital Regional e outros hospitais estão cheios de pessoas frutos do trânsito e, o que fazemos nesta cidade pra diminuir o número de acidentes? Praticamente nada, a não ser colocar pardais. Está na hora de olhar o problema de onde ele vem. A saúde pública em Cascavel, a maioria dos “clientes” são frutos do trânsito. 70%, 60% das pessoas que estão nas UTI's, são frutos do trânsito e onde está o problema, na saúde ou no trânsito? Novamente friso, problema de saúde de Cascavel tem que ser investido no trânsito. Claro que temos problemas de saúde, fruto de doenças, mas a maior parte



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

dos pacientes que estão nas UTI's são frutos do trânsito, acidentes de moto, carro, atropelamentos. E essa Casa não pode ficar calada perante esse assunto. Essa Casa não pode se furtar e ficar calada nesse assunto. Peço voto contrário aos pareceres pra que a gente possa votar esse Projeto, que é de suma importância pra Cascavel e que se façam essas faixas elevadas. Não vai fazer na cidade inteira, óbvio, mas tem muitos lugares que elas cabem; principalmente perto de escolas e aqui na área central e muitos lugares dos bairros, também. Peço voto contrário aos senhores e que me ajudem a derrubar esse parecer, pra que a gente possa aprovar esse projeto e que a população de Cascavel saia ganhando com isso. Obrigado. – Presidente: Como o autor do projeto, já discuti os 2 pareceres, acho de bom tom que coloque em discussão os 2 pareceres em conjunto, pra não ter discussão repetida. Obviamente, que a votação, votaremos primeiro o parecer contrário da CCJ e depois, o parecer contrário da Comissão de Finanças. A discussão já está aberta pra os dois pareceres. Então, em discussão os pareceres contrários da CCJ e da Comissão de Finanças. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra vereador Rui Capelão. - Vereador Rui Capelão: Entendo que como esse projeto, já entrou no ano passado e foi aprovado por essa Casa, acho que seria hora da nossa Cettrans ter tomado medidas, neste sentido e procurado buscar soluções. Tenho impressão que dinheiro não falta. Se faltar verba, se não tiver; que venha se justificar, é impossível nós fazermos isso. Temos a Comissão de Segurança de Trânsito pra fazer análise, buscar essas questões e poder dar os pareceres necessários neste caso em que, precisamos de uma organização melhor do nosso trânsito. A vontade do vereador Jorge Menegatti é contribuir neste sentido em buscar melhores soluções, evitando acidentes e que nossos hospitais fiquem lotados de gente na UTI, por acidente de trânsito. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Jaime Vasatta: O mérito do seu projeto, Jorge Menegatti, acho bastante interessante; mas o que está faltando é educação no trânsito, investimentos na educação de trânsito. Nós, da Comissão de Justiça encaminhamos nosso parecer, conforme o que diz a Lei do Contran, que na verdade isso é competência do Executivo. Estamos fazendo esse parecer baseado, juntamente com a Procuradoria Jurídica pra que a gente possa estabelecer o que a lei determina. O projeto é bom, é necessário e realmente outras cidades do Paraná...estive no município de Santa Helena, estão sendo feitas inúmeras lombadas, neste sentido. É importante, mas temos que obedecer ao que está na lei e, então não podemos fazer uma obrigação, impondo ao Executivo que essa lei se torne realmente sancionada pelo prefeito. Estou dando parecer juntamente com a Comissão de forma contrária, mas o mérito do projeto é muito bom. Fico colocando essa situação, porque muitas vezes as pessoas falam: “você estão votando contra projetos importantes pra cidade.” Não é isso; o meu voto inclusive vai ser favorável pra o projeto. Obrigado! - Vereador Rui Capelão: Obrigado! Entendo que vossa colocação, o vereador Vanderlei Augusto da Silva foi favorável ao projeto, mas teve voto vencido; acho que vocês deveriam, sabendo dessa situação que ocorreu ano passado, esse pedido passou por essa Casa e notou-se que era um projeto importante de ter procurado fazer uma audiência pública, de forma que possamos buscar soluções pra



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

nosso trânsito. Quando vamos legislar, não podemos, porque a lei não permite isso, aquilo outro, por falta de verba e por imposições da lei não pode legislar. Aquelas medidas que devem ser tomadas as Comissões vão ter que tomar. No caso do trânsito, a Comissão de Trânsito vai ter que tomar providências e fazer audiências públicas pra debater certas coisas; porque não é possível a gente ficar malhando em ferro frio e as Comissões não contribuirão neste sentido. Obrigado. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra vereador Jorge Bocasanta. – Vereador Jorge Bocasanta: Estamos aqui, no meu pensamento contra a lei. Porque penso assim: o que é proibido, quem forma as leis é a Câmara Municipal de Cascavel, por isso fomos eleitos e ganhamos nosso salário. “-Éh! mas, interfere no orçamento.” Acho que se interfere no orçamento quando vamos querer fazer um projeto, que vai realmente ter impacto muito grande no orçamento; um exemplo: umas lombadas que seria irrisório e, um valor muito baixo que não vai ter impacto nenhum no orçamento e nós não podemos dizer que só o Executivo que faz, porque estamos aqui pra fazer leis. Fazer uma lombada em frente a uma escola, a um posto de saúde, a um hospital, que custo vai ter no impacto financeiro? Nenhum! Eu sempre digo: em assuntos do financeiro fazer uma bandeira já tem custo e tem horas que dão parecer favorável, todos eles contra, mas todos têm custo. Todos deverão ser contrários, mas a Comissão de vez em quando dá parecer favorável e, outras contra. Colocar uma carga de asfalto na frente de uma escola e fazer uma elevação, isso pra mim não tem custo nenhum pra um orçamento de 600 milhões. É um negócio que não tem impacto. Diferentemente de fazer um hospital municipal, isso tem custo e, não podemos interferir num projeto que vai falir a Prefeitura. Esse projeto já deveria ter sido aceito pelo município, se tivessem pessoas com vontade de fazer alguma coisa diferente em Cascavel. Não precisaria nem de lei pra fazer isso, é só ter consciência e fazer com que a cidade seja uma cidade melhor pra o futuro. Percebo que o Jorge Menegatti deu a ideia há 2 anos e, ninguém copia. Geralmente a gente gosta de copiar as coisas boas dos outros municípios: Santa Helena vou lá e vejo; Francisco Beltrão, também, coisa baratíssima que poderia ser naqueles locais de retas, de 2, 3 quilômetros, faz 2, 3 desses. Que custo tem pra o município? Nenhum. Temos que ver esse negócio do orçamento, quando tem impacto no Poder Executivo aí sim, não podemos invadir essa situação, porque é do Executivo; mas quando não tem impacto nenhum, temos que mudar esse pensamento do orçamento. Era isso, obrigado! (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra vereador João Paulo de Lima. - Vereador João Paulo de Lima: O vereador Jorge Menegatti fez um projeto muito bom, inclusive citou bem a questão da saúde pública de Cascavel, que a maioria dos que estão nos hospitais infelizmente, ainda é pela situação da má educação no trânsito. Acho que lombadas elevadas, isso é essencial, mas se não tem uma educação no trânsito o próprio pedestre, condutor, ele passa na lombada, mas no lado que não tem ele pode ocasionar um acidente. Ano passado, quando esse projeto veio pra essa Casa de Leis, eu estava na Comissão de Redação e Justiça e dei parecer favorável, até porque, com bom entendimento do seu projeto dizer que, sempre votarei favorável; embora corresse o risco da iniciativa ser por parte do Executivo. Quando ocorreu,



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

fomos pra cima do jurídico que tinha dado parecer contrário e deste modo, votamos favorável. Foi pra o Executivo e voltou pra essa Casa e foi derrubado. Temos que respeitar as Comissões, não vou ficar batendo em Comissões, porque não resolveu nada. E até mesmo esses últimos dias Vossa Excelência votou também, no parecer que a Comissão deu sobre o projeto dos idosos, que foi de autoria deste vereador, no sentido de apoiar a Comissão no voto que eu gostaria que fosse favorável; pra que os idosos não dependessem mais de pagar a taxa de embarque no terminal rodoviária e, que é importante também; isso é saúde. Nós em Cascavel deixamos abandonados os idosos e quando se vem um projeto pra Câmara de Cascavel também, vota contra. Não sei o porquê. Neste sentido vou acompanhar, um projeto excelente, que tem necessidade, mas eu convoco essa Comissão de Trânsito pra que chame a Cettrans, o responsável da prefeitura pra que se coloque na posição e chamem esse pessoal pra o enfrentamento. Temos o presidente da Cettrans, não vejo ele rodar a cidade de Cascavel; então é importante que essa Comissão chame ele aqui na Câmara e faça uma audiência pública e, determine que no próximo ano que se entre no orçamento. Já que sempre que se faz uma coisa por esta Câmara é vício de iniciativa. Que se possa então, ser responsabilidade do Executivo fazer. Neste sentido eu gostaria de acompanhar o encaminhamento das Comissões. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Robertinho Magalhães: Na legislação passada, o vereador Burgarelli fez o mesmo projeto sobre as faixas elevadas. Até fez um estudo grande na cidade de Toledo onde tem várias faixas elevadas e fomos junto com seu projeto. Jorge Menegatti, votamos junto com seu projeto. Realmente as Comissões permanentes dentro da sua forma, eles nos passaram também o parecer desfavorável ao projeto, até porque se trata de um projeto onde vai mexer com o orçamento da cidade e diante disso, nós corremos atrás. Foram feitas indicações pra que ali dentro do hospital São Lucas, na Engenheiro Rebouças com a Mato Grosso, tinham muitos acidentes e eles procuraram uma alternativa aí que foi, através das mini rotatórias que foram colocadas. Uma ali no São Lucas e hoje, realmente aquele setor de vários acidentes que ocorriam ali perto do hospital São Lucas foi resolvido. Outros pontos perto da Pernambuco com a Presidente Bernardes que também, foi colocada uma mini rotatória e ali; foram resolvidos os casos de acidentes. Temos que respeitar as Comissões permanentes da Câmara pra que a gente possa ter os próximos projetos certos e obedecidos por esta Casa. Obrigado! - Vereador João Paulo de Lima: E dizer que, nós da Frente Parlamentar, assim que os senhores se manifestarem com essa audiência pública, estarei presente e vou cobrar do secretário, porque precisamos ter uma determinação se acontecerá isso em Cascavel, mas se é por vício de iniciativa dessa Câmara, que o Executivo se manifeste. Obrigado. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra vereador Nei H. Haveroth. – Vereador Nei H. Haveroth: Quero me manifestar a respeito do parecer, também. Aproveitando que a Comissão de Segurança e Trânsito desta Casa foi citada várias vezes, até informar aos vereadores que esta Comissão, juntamente com os demais componentes do primeiro mandato da Comissão, que o vereador Rui Capelão esteve presente; foi à Comissão que mais audiências públicas fez aqui nesta Casa. Neste ano



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

que está eu, o Walmir Severgnini, o Jorge Menegatti que também, faz parte dessa Comissão; já fizemos também audiências sobre segurança e acatamos sim, a observação dos demais vereadores pra que possamos fazer uma audiência, neste sentido. Se esse projeto não passar neste momento, porque tenho conhecimento, temos, já que faço parte representando esta Casa no Contrans, que é o Comitê de Trânsito. A grande preocupação nossa hoje e aí, leva a questão da saúde, são os acidentes de trânsito e atropelamentos. Observando os preceitos legais que norteiam pra que esse projeto venha aqui, pra Plenária e pra discutirmos; fizemos um juramento e prometemos cumprir a Lei Orgânica, a Constituição e aí agora, esquecer isso e, só pensar na parte política também, não podemos. Temos que seguir a legalidade também, senão estaremos incorrendo em ato errado da nossa legislação, aqui. Vereador Jorge Menegatti, quero parabenizar a sua persistência na iniciativa deste projeto. E dizer que se não passar neste sentido novamente, porque sei da intenção do senhor, com a emenda pra modificar principalmente o parecer da Comissão de Justiça e Redação da parte que alega inconstitucionalidade pelo vício de iniciativa. Felizmente não vamos votar a emenda hoje, vamos ter que votar o parecer primeiro. Mas eu, como presidente da Comissão de Segurança e demais vereadores se concordarem, fazemos essa audiência pública, e buscar então definitivamente o encaminhamento pra uma lei regulamentada, que sejam observados os preceitos legais, pra fazermos essa lei que é muito importante e não quero tirar o mérito do vereador. Quanto ao senhor pode ter certeza que se propor essa lei, o senhor protocolará e terá o apoio deste vereador. É importante e, infelizmente nós temos dentro do parecer, essas questões legais que nos amarram muitas vezes. Mas já deveria o município há 4 anos estar sendo discutido isso e nós ainda, não temos nenhuma política, neste sentido. E não é só a Cettrans, temos que envolver a Seplan que faz o planejamento da cidade. A Cettrans regulamenta o parecer do trânsito, mas não é ela que faz a lombada; é a Secretaria de Obras e a Seplan que tem que se envolver nesta situação e aí chamar a Cettrans pra regulamentar e cobrar. A Cettrans vai cobrar lá que o pedestre use a faixa elevada, não é a Cettrans que vai fazer a faixa elevada. Quem vai fazer é a Secretaria de Planejamento e a Secretaria de Obras que vão fazer os projetos e a execução. Neste sentido o senhor pode contar com este vereador e acredito que a Comissão de Segurança está a par. (-Um aparte) Pois não. –Vereador Jaime Vasatta: O duro é fazer essas lombadas. A Secretaria de Obras é o seguinte: a Cettrans estabelece estudo técnico pra fazer as lombadas, quero citar um caso no bairro Morumbi na rua Corbélia, faz quase um ano que a Cettrans esteve lá e aprovou que, era realmente necessário fazer uma lombada, que é o custo mais barato de um redutor de velocidade hoje; mas infelizmente faz quase um ano e está aprovado pela Cettrans e a Secretaria de Obras e até hoje não fez a lombada. Espera-se pelo jeito é morrer gente, pra tomar uma providência. Se for esse o caminho, tomaremos este caminho, pra que se faça algo neste sentido e que uma lei a partir da audiência pública, possa ser bem pensada pelo vereador e, que ela não tenha pareceres contrários nesta Casa. Obrigado. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra vereador Professor Paulino. - Vereador Professor



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Paulino: Uma pena que tenhamos essa limitação num projeto tão importante como este e aí, temos a questão legal onde as Comissões, por conta do cumprimento da ordem. Entendemos a importância da questão legal, o vício de iniciativa e tal; uma pena! Quanto à intenção da lei, do projeto do vereador Jorge Menegatti, nós já tivemos aqui no ano passado, foi aprovado este projeto e foi pra o Executivo. Foi vetado e esses mesmos vereadores que haviam votado em segundo momento, derrubaram o projeto que nós mesmos tínhamos votado, aqui. Todo mérito desse debate... porque se trata de salvar vidas e evitar acidentes. Dói muito quando a gente fala em acidentes. Tenho um irmão que está aleijado por conta de um acidente de trânsito, um homem com menos de 40 anos e por conta de um acidente, ele está aposentado e gerando custo pra o município, pra o governo federal, pra Previdência. De repente por falta de... precisamos investir muito na questão da educação no trânsito. Evidente que não seriam as lombadas que iriam combater os acidentes, mas um conjunto de atitudes, que de modo especial havia falado pra os vereadores que nos antecederam da necessidade de se fazer esse debate: seja por meio de audiência pública, mas não basta. Uma política de segurança no trânsito muito mais efetiva e quero lembrar uma questão que sobra pra nós: fazer indicação. Indicação de redutor numa rua, na outra rua e a resposta que temos é um padrão e, é só um copiar e colar da rua A pra B, pra C e a resposta é a mesma: estamos verificando; vamos verificar; não tem viabilidade técnica; não tem tráfego suficiente; mas é tudo um copiar e colar. Estive observando umas 10 que fizemos e, que tirou dessa e colou na outra. A gente tem que lamentar e dizer que, não há disposição da Cettrans em fazer um trabalho mais certo. Gostaria que as respostas pelo menos não fosse padrão, as mesmas. E nós sempre estamos errados, estamos errados aqui, na hora que fazemos indicação. Com todo respeito às Comissões, mas temos que tomar essa iniciativa pelo menos. Nós conseguimos fazer o debate dessa questão aqui. É uma coisa muito séria e por isso, peço voto contrário pra derrubar os pareceres das Comissões. Sabemos da questão legal, com todo respeito, mas temos uma questão maior que, é o mérito do projeto. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra vereador Paulo Porto. - Vereador Paulo Porto: Bom dia especial ao Gugu Bueno, presidente e, que na semana passada lançou sua pré-candidatura ao Executivo. Não pudemos estar presentes, por motivos pessoais, mas acompanhamos de longe e sabemos que foi coroada de êxito e vemos com simpatia, até porque é um partido aliado à base do governo Dilma. E tenho certeza que qualificará o debate. Vamos à questão do projeto. Inicialmente, a questão do mérito não necessita ser debatida, porque o mérito é evidente, como vocês já falaram nesta Casa. Creio que, se conseguirmos derrubar os pareceres contrários, esse projeto vai ser aprovado por unanimidade. Vamos aos pareceres contrários, em especial da CCJ. Tenho a clareza, não sou advogado, mas tenho clareza que a lei necessita ser interpretada, mas como dizia o Paulinho da Viola: “não me alterem o samba tanto assim.” Essa mesma CCJ que ano passado deu parecer favorável, hoje dá parecer contrário e o quê mudou? Por que o que era adequado ano passado à luz da lei, hoje não é adequado; sendo que é o mesmo projeto e o mesmo objeto. O projeto não



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

mudou, a lei não mudou, mudou a interpretação. Fica a pergunta: estamos errando quando erramos no ano passado ou estamos errando, agora? Porque se mudou o parecer pra o mesmo projeto e no meu entendimento é um projeto que tem um mérito tão evidente que erraremos agora, se acatarmos os pareceres contrários. É um projeto que tem um mérito evidente, no sentido de privilegiar o pedestre numa metrópole que busca ser do futuro e uma metrópole de futuro, segundo seu plano diretor inclusive, lei complementar nº 28/2006, ela preceitua no artigo 38, a necessidade de integrar os diversos modos de transporte priorizando os pedestres e ciclistas. Inciso a: prioridade pra circulação de pedestres. E ainda, no artigo 40: promover adequação e melhoria da infraestrutura viária, visando segurança pública. A nossa Comissão de Viação e Obras deu parecer favorável. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Jaime Vasatta: Na verdade essa Comissão que deu parecer dessa vez, não é a mesma. Eu não fazia parte da outra. Muito obrigado. - Vereador Paulo Porto: Por isso falo, mudou a interpretação: porque mudaram as pessoas. A questão é: estamos errando, quando? Nesta interpretação ou na anterior? Volto a dizer que erraremos em relação a esse projeto, se acatarmos os pareceres contrários; então, peço encarecidamente aos demais vereadores; inclusive não vou pedir ao pré-candidato porque só se empatar, e se empatar; já peço voto contrário aos pareceres pra que a gente aprecie o mérito, nesta Casa. Tenho certeza que no desenrolar da discussão esse projeto será novamente aprovado, porque já aprovamos por unanimidade. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra vereador Luiz Frare. – Vereador Luiz Frare: Vereador Paulo Porto, a CCJ por ocasião do parecer do ano passado tinha até razão em dar parecer favorável, porque constava no PPA, na época. Este ano a CCJ deu parecer contrário também tecnicamente, porque a matéria que estamos discutindo prevê no artigo 6º: a inclusão, o enquadramento dessa despesa no seu artigo 6º, porém o PPA do ano passado ele através da lei 2014, PPA de 2014, através da lei 6.416 ele alterou todas as ações e programas que eram constantes no anexo III, da lei do Plano Plurianual; portanto este ano não consta no Plano Plurianual. Não consta no PPA e a Câmara aprovou essa retirada. - Vereador Paulo Porto: Então, porque essa Casa aceitou o veto a esse projeto ano passado? – Vereador Luiz Frare: Estamos discutindo o parecer contrário desse ano. O ano passado encerrou dia 31 de dezembro; então pra 2015 não está prevista essa ação, nem no PPA e nem na LDO. Porque foi retirado... (-Um aparte) Pois não. – Vereador Jorge Menegatti: Me espanta, nobre edil, que depois que votamos e reprovamos o projeto, quando votamos, o veto do prefeito, os senhores mantiveram o veto do prefeito a esse projeto, o senhor fez indicação nesta Casa uma, duas semana após: solicitando que fosse implantada na cidade de Cascavel 3 faixas elevadas. Não estou entendendo, vota contra e depois indica pra que o prefeito faça as faixas elevadas. Não estou entendendo como funciona isso. – Vereador Luiz Frare: Vício de iniciativa é seu projeto. Indicação é dever do vereador fazer. Eu indico e se ele tem no PPA, na LDO, na LOA aquela ação, ele vai fazer e se ele não tem, não faz; como não fez. O que está errado é tomar iniciativa de fazer uma lei indicando uma ação, um programa de governo, isso está errado. É vício de iniciativa. Agora, a



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

indicação é dever, obrigação e direito que cada um de nós tem. É uma indicação: lá precisa uma lombada; aqui também; se ele tem condição de fazer ou não, é outra história. Como não fez, porque não tinha; não estava previsto no PPA, mas indicação é uma coisa, como requerimento também. Vício de iniciativa de lei, isso é público e notório que vai contra a lei de responsabilidade fiscal. Não podemos legislar sobre programas e ações de governo, compete ao Executivo fazer isso. Ao legislativo sim, indicar, requer, orientar, fiscalizar. Obrigado. Peço voto favorável ao parecer das duas Comissões. – Vereador Jorge Menegatti: Questão de ordem, presidente. Sei que já falei sobre o assunto, mas o senhor colocou em discussão um parecer. E após minha fala, o senhor completou dizendo que seriam os 2 pareceres, seria justo eu poder argumentar algumas coisas antes disso. – Presidente: Pois não. – Vereador Jorge Menegatti: Senhores, se o projeto estava no PPA, tinha verba, foi vetado pelo prefeito, foi derrubado o veto e, o nobre companheiro colocou a indicação pra fazer e acabou de argumentar que estava no PPA; então existia o projeto e existia a verba no PPA; então, não entendo porque não aprovar. Mas independente da aprovação desse projeto, quero conclamar os senhores vereadores, o prefeito municipal e o nobre presidente da Cettrans pra que esse projeto seja colocado em prática. Não podemos mais aceitar uma Comissão e uma Frente Parlamentar falando dos problemas de saúde, todos os dias nesta cidade e nada é feito pra diminuir o número de acidentes. Cadê a coerência desta Casa? Falamos em problemas de saúde, mas quando temos alguma coisa pra diminuir o número de acidentes... nós tivemos até este momento, 55 atropelamentos. Tivemos ano passado 137 atropelamentos. Isso vai educar o trânsito, o pedestre, o motorista; será que essa mixaria de verba que será usado pra isso, não vale uma vida? Ou é porque o projeto é de minha autoria? Acho que deveria já ter sido feito, porque funciona em outras cidades. De boa intenção o inferno está cheio, de boa intenção o HU está entupido de gente acidentada e nós continuamos alimentando os clientes do HU, do Pronto Socorro, da Upa que, continuam sendo alimentados através do trânsito. Se o programa é bom, que se façam as faixas elevadas. Não vai aprovar o projeto, não tem problema, mas que se faça isso e, se faça essas faixas. A não ser que o projeto seja conforme me falaram um tempo atrás: ou você vem com a gente ou nenhum projeto seu vai ser aprovado nesta Casa, durante os 4 anos. A não ser que o problema seja este, não aceitei a coleira. Acho que temos que parar de falar um monte de coisa na questão saúde, a partir do momento que não se aprova uma lei pra diminuir os acidentes. Aí quando lá fora, se a população fala: eles ganham demais o salário é alto. Podemos não concordar, mas temos que concordar nessas horas; porque esta Casa se limita, muitas vezes a dar nomes a bens públicos e o que realmente é necessário, deixamos de lado. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra vereador Pedro Martendal. – Vereador Pedro Martendal: É uma discussão que, entendo muito importante e temos que discutir essa questão aqui na Casa, que é a questão da mobilidade urbana. Temos um empréstimo de 58 milhões de dólares, com contrapartida de mais 58 milhões dos cofres do município e não se discute a questão da travessia elevada nas ruas de Cascavel. Os nobres vereadores que participaram



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

daquele evento da corrida solidária, das cadeiras de rodas como padrinhos de alguns cadeirantes, João Paulo de Lima, Robertinho Magalhães, Nei H. Haveroth, Professor Paulino, e eu também participei, sentimos o quanto é difícil empurrar uma cadeira de rodas com uma pessoa em cima. Agora, imagina atravessar a rua sem uma travessia elevada, sem o rebaixamento na guia e os carros em cima, buzinando e tentando atropelar. Imagina o que as pessoas com deficiência sofrem; um cego então, pra atravessar a rua como fica? Este assunto tem que ser discutido. Protocolei a indicação nº 973, onde proponho a Comissão de Viação, Obras Públicas e Urbanismo pra que realize uma audiência pública, pra tratarmos de calçadas e essa questão da travessia elevada entra, neste tópico. Volto a fazer minha as palavras, já que o projeto do nobre vereador não foi aprovado no ano passado; poderia a prefeitura ter feito um aditivo, colocado no PDI este projeto que está sendo executado da reurbanização da Avenida Brasil: a questão das travessias elevadas e não foi. Precisamos discutir não só a questão das travessias, mas também das calçadas. Não tem como um idoso ou uma pessoa com deficiência andar nas calçadas. Tem tudo na calçada, menos, condições do pedestre andar. Temos que lembrar que, eventualmente, somos motoristas ou passageiros, mas sempre, todos os dias, durante nossa vida, somos pedestres. Temos que lembrar dos pedestres e a nossa cidade não respeita os direitos dos pedestres. Temos mais respeito ao automóvel do que o cidadão, andando como pedestre; então, eu, dessa forma, peço voto contrário aos pareceres pra que discutamos o projeto. Porque acho que esse assunto é importante e temos que discutir. Obrigado! (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra vereador Cláudio Gaitero. – Vereador Cláudio Gaitero: Nós ouvimos atentamente todos os pronunciamentos, vimos à importância desse projeto, porém estamos aqui numa Casa Legislativa, não numa Casa onde executamos as ações. Esta legislatura está tendo uma das maiores produções que vimos, com relação ao papel dessa Câmara de Vereadores, ou seja, em forma de requerimentos. Temos hoje 1.005 indicações feitas, por estes vereadores e todas foram atendidas? Não. Eu mesmo tenho diversas indicações que não foram atendidas, como a maioria dos senhores vereadores aqui, também. Mas não é como o Professor Paulino falou: copiar e colar. Todas as indicações são muito bem analisadas pelas Secretarias competentes. Temos indicações de redutores de velocidade que foram instalados, faixas que foram instaladas, semáforos diversos, lembro um que o vereador Luiz Frare fez, ali na Barão do Cerro Azul com Erechim. Temos outros diversos sinaleiros pedidos; indicando pra Cettrans como lá no Centro de Eventos, na Fortunato Beber com a Rocha Pombo. Enfim, muitos vereadores sabem das indicações que estão fazendo. Conversei recentemente com o secretário de Planejamento, a respeito desse projeto sobre lombada elevada pra pedestre, onde o secretário nos falou que existe em andamento um estudo muito grande pra instalação em Cascavel e onde a Secretaria de planejamento que vai estar planejando os locais pra serem colocadas. O vereador Jorge Menegatti falou que não aceitou a coleira. Gostaria de saber de quem ele não aceitou a coleira, de quem? Temos que dar nomes. A grande importância, temos que ressaltar dessas Comissões, principalmente as mais provocadas que são: a CCJ e a



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Comissão de Finanças e Orçamento, onde eles têm obedecido nossa Constituição, como bem falou o nobre vereador presidente do PSL, vereador Nei H. Haveroth. Temos jurado aqui, no início da nossa legislatura em cumprir a Constituição Federal, a Lei Orgânica do Município e o Regimento Interno desta Casa. É isso! As Comissões estão fazendo um grande trabalho, pra que possamos votar com segurança todos os projetos, nesta Câmara. Peço então, parecer favorável ao parecer da CCJ e também, da Comissão de Finanças e Orçamento. Obrigado! (-Peço a palavra) - Presidente: Vossa Excelência já usou da palavra. - Vereador João Paulo de Lima: Peço a palavra. – Presidente: Vossa Excelência já usou da palavra. - Vereador João Paulo de Lima: Mas o vereador Jorge Menegatti também, já usou. – Presidente: Ele usou porque no momento em que ele usou da palavra não tínhamos colocado os 2 pareceres em discussão. Após a fala do vereador Jorge Menegatti, colocamos os 2 pareceres e, tentando ser mais imparcial possível, neste momento. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra vereador Fernando Winter. – Vereador Fernando Winter: Passar a palavra ao colega. - Vereador João Paulo de Lima: Obrigado. Só gostaria de enfatizar, inclusive o vereador Paulo Porto que, perguntou da Comissão quem era presidente da CCJ e, era eu. Defendi este projeto do Jorge Menegatti, embora ele levante um pouco mal humorado, então neste sentido tenho que respeitar. Muitas vezes a segunda-feira é cansativa pela manhã. Digo isso, porque o vereador Jorge Menegatti bem sabe o quanto defendi este projeto e digo também, porque a Frente Parlamentar não é do jeito que o senhor fala. O senhor também teve a oportunidade de estar na Frente Parlamentar, mas como não foi presidente não quis nem participar. É um ponto que me deixa preocupado. Outro detalhe foi o que coloquei aqui e estou de pé com todos os vereadores pra que possamos debater isso. Porque não pode parar aqui, porque perdeu, o projeto se engaveta e não pode fazer mais nada. Estou propondo novamente pra nós chamarmos o Executivo aqui, os secretários responsáveis, desde a Cettrans a Secretaria de Planejamento, pra que possamos debater sobre isso. Gostaria de deixar bem claro que, em respeito aos 7 vereadores que compõem essa Frente Parlamentar, acredito que todos estão trabalhando e fazendo seu papel. Agora, também cabe às Comissões da Casa se manifestarem. O senhor, também é da Comissão de Segurança e, portanto, deveria ter convocado o Executivo pra que se faça presente. Era isso. Obrigado. – Presidente: Continua em discussão, os pareceres contrários. Em votação; proceda a votação nominal, senhor secretário. Primeiro, vamos votar o parecer contrário da Comissão de Constituição e Justiça. (Foram favoráveis, os vereadores: Aldonir Cabral, Cláudio Gaitero, Ganso Sem Limite, João Paulo de Lima, Luiz Frare, Marcos Rios, Nei H. Haveroth, Robertinho Magalhães, Vanderlei Augusto da Silva, Walmir Severgnini e Jaime Vasatta) (Foram contrários os vereadores: Celso Dal Molin, Fernando Winter, Jorge Bocasanta, Jorge Menegatti, Paulo Porto, Pedro Martendal, Professor Paulino e Rui Capelão) – Secretário: Com 11 votos favoráveis e 8 contrários, parecer contrário aprovado. – Presidente: Com 11 votos favoráveis e 8 contrários parecer contrário da Comissão de Constituição e Justiça aprovado, portanto o projeto fica rejeitado. Não faremos a deliberação do parecer contrário da Comissão de



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Finanças. Em primeira discussão e votação o Projeto de lei nº 71/2015, que dispõe sobre a obrigatoriedade de estacionamento gratuito nas agências bancárias no município de Cascavel, de autoria do vereador Pedro Martendal. Em discussão o projeto. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra vereador Pedro Martendal. – Vereador Pedro Martendal: O Projeto de lei nº 71/2015 de minha autoria, vem solucionar e procurar regulamentar uma situação que enfrentamos no município de Cascavel, principalmente na área central que são as vagas de estacionamento. Sabemos que um dos fluxos maiores pra o centro é o serviço bancário. Entendemos como já pesquisando em outras cidades se resolveu, exigindo que a agência bancária disponibilize estacionamento pra o tempo, enquanto o cliente está na agência. Nós prevíamos aqui, que após esse ser atendido na agência teria uma tolerância de 10 minutos. A partir deste prazo, ele será responsável por pagar estacionamento. Tivemos vários contatos de vereadores de algumas pequenas alterações nos projetos. Fiquei feliz, porque de modo contrário foram poucos, a maioria pra alguma adequação. Deixo os vereadores à vontade pra que apresentem emendas. O projeto é muito bom, todas as emendas que venham pra melhorar esse projeto serão bem vindas e, contam com meu apoio. Seria isso. Espero contar nesta primeira votação, com o apoio de todos os colegas e possíveis melhoras, estou à disposição pra discutir entre a primeira e segunda votação. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra vereador João Paulo de Lima. - Vereador João Paulo de Lima: Dizer que é louvável seu projeto, mas sabemos que algumas agências bancárias nem têm estacionamento. E como eu, o vereador Jorge Bocasanta e Celso Dal Molin, essa semana teremos uma ação em conjunto, pra deliberarmos as 10 leis. Revogarmos essas 10 leis pela Comissão de Defesa do Consumidor poderíamos entrar num debate sobre esse seu projeto, até pra que possamos aperfeiçoar como o senhor disse. Gostaria de pedir vistas desse projeto e se o autor concordar, que possamos deliberar nas próximas sessões. – Presidente: Formulado o pedido de vistas do vereador João Paulo de Lima, coloco em discussão o pedido de vistas. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra vereador Rui Capelão. - Vereador Rui Capelão: Algumas coisas são importantes dentro desse projeto, mas tem outras que precisamos discutir com muito carinho. Vejo neste projeto a liberação de vagas pra estacionamento dentro das áreas certamente dominadas pelos bancos, são estacionamentos daquela área bancária. Temos que lembrar que o Banco do Brasil, por exemplo, tem o Provopar que administra essas áreas e cobra, então. Como vai administrar essa questão do Provopar cobrando esse tempo, se será liberado ou alguém assume. E segundo: gostaria de colocar que se o banco é prestador de serviço público... – Presidente: Vereador, só uma questão, pra que a gente não torne cansativo esse debate, porque se acaso for derrubado o pedido de vistas, nós vamos novamente debater o mérito do projeto. Gostaria que neste momento, a gente discutisse somente o pedido de vistas, se derrubado o pedido de vistas aí sim, entraremos na discussão do projeto, senão a discussão ficará repetida. Está em discussão o pedido de vistas. – Vereador Rui Capelão: Vou pedir voto contrário ao pedido de vistas. – Presidente: Obrigado. Continua em discussão o pedido de vistas. (-Peço a palavra) - Presidente:



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Com a palavra vereador Fernando Winter. – Vereador Fernando Winter: Devido à importância desse projeto, eu peço aos colegas que votem contrários ao pedido de vistas; porque esse projeto é muito importante pra população de Cascavel. Obrigado. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra vereador Celso Dal Molin. – Vereador Celso Dal Molin: Quero reforçar o pedido de vistas do vereador João Paulo de Lima. Realmente, tem muitas coisas neste projeto que têm que ser discutidas, que têm que ser vistas. É um projeto muito importante, mas ainda tem algo que tem que ser adequado. Como vamos ter esse encontro com os bancários pra decidir algumas coisas e tirar algumas dúvidas, eu reforço pra que não possamos fazer algo que, às vezes, vem prejudicar a própria sociedade. Quero reforçar e também, fazer que seja aceito o pedido de vistas, colocado pelo vereador João Paulo de Lima. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Cláudio Gaitero: Também sou favorável ao pedido de vistas, mesmo porque existem dúvidas. E esse encontro que vai ser feito essa semana, que com certeza tirará as dúvidas desse vereador. Obrigado. (-Um aparte) – Vereador Celso Dal Molin: Pois não. – Vereador Robertinho Magalhães: Sou a favor do pedido de vistas, até porque, têm bancos que não têm condições nenhuma de oferecer estacionamento pra seus clientes. Gostaria de estudar um pouco mais esse projeto. É um projeto muito importante pra sociedade de Cascavel, então também sou a favor do pedido de vistas do vereador João Paulo de Lima. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra vereador Pedro Martendal. – Vereador Pedro Martendal: Concordo com o pedido de vistas por vários vereadores já declinados, por ser um projeto importante e a discussão, acho que é a essência da nossa Casa. Concordo com o pedido de vistas e teremos condições de analisar com mais detalhes e com certeza no final, aprová-lo fazendo as adequações e melhorando o projeto. Obrigado. – Presidente: Em votação, o pedido de vistas formulado pelo vereador João Paulo de Lima. Os vereadores que forem favoráveis permaneçam como estão e os contrários que se manifestem. Registre-se o voto contrário do vereador Rui Capelão, Fernando Winter e do vereador Luiz Frare, portanto pedido de vistas aprovado pelo restante dos senhores vereadores. Passamos pra primeira discussão e votação do Projeto de lei nº 92/2015, que altera as leis municipais nº. 6.275 de 08 de outubro de 2013 - Plano Plurianual para o período de 2014 à 2017, 6.419 de 24 de novembro de 2014 - Diretrizes Orçamentárias para 2015 e 6.429 de 16 de dezembro de 2014 - Lei Orçamentária Anual para 2015, no orçamento da Fundetec no valor de R\$ 198.000,00, de autoria do Executivo Municipal. Em discussão o projeto. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra vereador Cláudio Gaitero. – Vereador Cláudio Gaitero: Esse projeto seria pra adaptar a Fundetec a uma espécie de Iso 9000. Esse Cerne, que é o Centro de Referência pra apoio a novos empreendimentos, em outras palavras. Ele vem aperfeiçoar e transformar a Fundetec na grande potência que poderá então, após a implantação do Cerne se tornar uma empresa globalizada. O que acontece no norte poderá acontecer aqui também, com a Fundetec. O Cerne é um convênio, onde o Sebrae a nível de Brasil, fez uma licitação e ganhou então, R\$ 28.000.000,00 pra fazer a gestão do Cerne em todo Brasil. São em torno de 400 empresas de fundação tecnológica, a nível de Brasil que ganharam



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

através de programas, trabalhos, eles conseguiram se adaptar e passaram a fazer parte neste convênio. Cascavel terá uma contrapartida em 30%, que será uma contrapartida da parte econômica do município, ou seja, o salário dos funcionários e a estrutura em si, que o município está oferecendo pra implantação desse Cerne. É um grande projeto com certeza e abrirá as portas pra Fundetec, caminhar firme na busca de certo novos convênios, novos recursos pra o grande trabalho que estão fazendo na Fundetec de Cascavel. Por isso, peço voto favorável. Muito obrigado. – Presidente: Continua em discussão o projeto. Os vereadores que forem favoráveis permaneçam como estão e os contrários que se manifestem; Projeto de lei nº 92/2015 aprovado pela totalidade dos senhores vereadores. Finda está a matéria da ordem do dia. **GRANDE EXPEDIENTE:** – Presidente: Deixo a palavra livre aos senhores vereadores, pra pronunciamento de interesse público. Temos as inscrições dos vereadores Professor Paulino, Luiz Frare, Jorge Menegatti, Robertinho Magalhães, Rui Capelão e Nei H. Haveroth. Com a palavra vereador Professor Paulino. - Vereador Professor Paulino: Eu, enquanto presidente da APP sindicato local, vou expor uma... aproveitando esse momento importante, expor uma nota escrita por nosso presidente estadual, Professor Hermes Leão, referente aos dias 30/10/1988 e 29/04, deste ano. Diz a nota: no mês de agosto de 1988, durante o segundo governo pós-ditadura, o inexperiente governador do Paraná, Álvaro Dias, então no PMDB e, hoje senador do PSDB, eclodiu uma fortíssima greve de resistência na educação pública. Isso porque, o governo havia descumprido compromissos com os professores e as professoras da rede estadual. A greve se prolongava até que uma marcha bastante participativa fosse recebida no Centro Cívico, com um forte aparato de repressão. Cavalos, bombas de efeito moral, confisco de equipamentos e dezenas de manifestantes desarmados foram violentamente feridos. A primeira face de um momento histórico que pode ser descrito como tragédia, ocorreu naquela tarde de 30 de agosto. O período do governo Jaime Lerner (PFL/DEM) (1995/2002), especialmente o segundo mandato, pode ser considerado como a farsa. Um governo tecnocrata, corrompido até a degeneração completa, tratou os servidores/as públicos do Paraná com total precarização. Greves – inclusive greve de fome – e marchas foram marcas fortes, daquele período. Uma luta cotidiana para barrar retiradas de direitos. Se partirmos da análise do ponto de vista dos Movimentos Sociais, da luta pela Reforma Agrária, aí é possível descrever também o governo Lerner como tragédia. Foram dezenas de assassinatos e retiradas de acampados de forma violenta e na calada da noite. Foi um governo voltado para a elite latifundiária do agronegócio paranaense. Importante lembrar que, o atual governador Beto Richa (PSDB), foi base de sustentação e líder do governo Lerner, na Assembleia Legislativa do Paraná, contribuindo para dirigir todo o processo de privatizações, terceirizações e sucateamento intenso da estrutura de oferta de serviços públicos à população paranaense. E a marcha histórica conduziu Beto Richa, a tomar posse em 1º de Janeiro de 2015, para o seu segundo mandato. Já no dia da posse uma manifestação sindical com a presença de professores e funcionários PSS – Contratos Temporários, foi desqualificada pelo governador. Richa iniciava um período



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

visivelmente novo que está sendo marcado pelo desrespeito e pelo autoritarismo, estranhos a uma liderança que se diz “democrática” e do “diálogo” e mais estranho ainda, porque suas ações rompem com fundamentos constitucionais do Estado Democrático de Direito. Esse comportamento “imperialista” combinado com a escolha de penalizar a população trabalhadora e mais diretamente os servidores/as para pagarem uma conta bilionária de rombo financeiro de seu primeiro mandato, levariam às fortes greves do primeiro semestre deste ano. Então, no dia 29 de abril deste ano, no mesmo Centro Cívico, da violência do 30 de Agosto de 1988, a história se repetiria novamente como tragédia. O fortíssimo confronto planejado pelo Deputado Federal Fernando Francischini, do Partido Solidariedade, então Secretário de Segurança Pública, contou com a anuência do próprio governador que cedeu o Palácio Iguazu para servir de gabinete de guerra. Consolidar um período de avanços societários no Estado do Paraná é tarefa dos movimentos organizados, contrapondo-se as estes governos que agem numa lógica policiaisca, de criminalização e violência contra os movimentos sociais e sindicais. Não é possível aceitar que novas farsas ou tragédias aconteçam. É preciso, como nos lembra Marx, despir-se das superstições que nos prendem ao passado, para que o futuro, a revolução social do século XXI, colha a sua poesia. Poesia que neste momento, conforme Marx; nós teremos muito na medida em que tivermos ouvidas as reivindicações das categorias dos trabalhadores. Ontem tivemos a participação, ontem, dia 30, relembramos com bastante tristeza, evidentemente, os vários anos, 26 anos da tragédia do 30 de agosto. E agora 4 meses do dia 29 de abril que também, pra nós marca com muita tristeza e com muita dor; por isso os trabalhadores da educação, professores, funcionários e os estudantes foram pras ruas pra mais uma vez relembrar. Essa data não pode ser esquecida, esses governos que marcam com tragédias nossa população não serão esquecidos, pra que de fato a gente tenha a democracia plena em nosso Estado. Relembrando aqui, uma das questões importantíssimas que é a garantia da escola pública gratuita e de qualidade pra todos, onde a gente possa mostrar pra nossos jovens que existe o caminho do diálogo, que é muito mais importante, mais favorável e com certeza, o mais efetivo. Por isso neste momento, não podemos deixar de relembrar, evidentemente com tristeza esse dia, mas olhando pra o futuro. Obrigado. – Presidente: O próximo a falar vereador Luiz Frare. – Vereador Luiz Frare: Professor Paulino coloca as ações do seu sindicato, ia perguntar pra ele o que o sindicato tem feito em prol das várias e diversas categorias que estão em greve há 60 dias? Passamos em frente ao Ministério do Trabalho, onde expede carteira de trabalho e, está fechado. Estamos em greve reivindicando a reposição de 10, 12 anos atrás. Passa no INSS e alguém precisa fazer perícia e, se aposentar: estamos em greve, reivindicando 24% de reposição, reposição, não é nem aumento, porque faz 10 anos que a gente não tem aumento. Em frente ao Ministério Público Federal a mesma coisa. Portanto, as universidades federais também, pedindo melhoria da qualidade de instalações físicas, as universidades tem banheiro quebrado, teto caindo, estão depredados e pelo que a gente vê, ninguém se movimenta contra o governo ou a favor do pessoal que está em greve, porque



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

simplesmente não há interesse ou simplesmente, porque o governo não tem condições financeiras, não tem recurso pra dar o que esse pessoal quer ou precisa. Estranhamos a posição, porque temos acompanhado que os aposentados do INSS não vão receber a parcela dia 1º de setembro, agora só dia 25. Antes não iam receber nem uma nem outra, depois dividiram em 2. Agora, resolveram pagar de uma vez só, dia 25 de setembro. Nós temos consciência da dificuldade financeira do governo federal. Temos consciência da queda de arrecadação a nível de governo federal, e sabemos que dos 5.565 municípios deste país, 4.000 municípios têm menos de 20.000 e esses 4.000 municípios, 70% da arrecadação deles vêm de recursos federais e estaduais, por isso são muito dependentes desses recursos do FPM, do ICMS. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Pedro Martendal. – Vereador Pedro Martendal: Eu havia pedido um aparte ao nobre vereador Professor Paulino, mas ele não ouviu e acabou sua fala. Tempo tinha; mas entendo que o senhor não ouviu quando pedi. Vereador Luiz Frare, quero comentar sobre algumas informações do vereador Professor Paulino. Quanto ao ex-governador Álvaro Dias, não sei se o senhor tem a informação, mas no dia daquele incidente, ele estava em Porto Alegre numa reunião do Condesul. Então, a opinião de que ele estava no palácio e deu autorização para os cavalos, o que há muita controvérsia, ele não estava, foi da Polícia militar. Mas não quero entrar neste detalhe, mas a população do Paraná já entendeu o grande homem público, que é o Álvaro Dias. Ele teve na última votação quase 80% dos votos. Em Brasília, sempre que tem um assunto polêmico, importante, quem as reportagens procuram pra se manifestar? O senador Álvaro Dias. Ele no Brasil inteiro é respeitado. É uma reserva moral que temos no Paraná. Seu governo foi um dos melhores que o Paraná teve. Só lembro a Vossa Excelência a questão da usina, se não me falha a memória, ele teve uma briga muito longa com a Serra Almeida, porque ele rompeu o contrato e construiu a usina com a metade do custo que a Serra Almeida. É uma dessas usinas. O senhor se manifestou quanto ao governador Beto Richa, sei que tem algumas dificuldades, não tenho dúvida; mas imagina se fosse a outra candidata eleita, agora envolvida com o Petrolão, como estávamos? Nossa situação estaria muito pior, se tivéssemos entregado o Governo do Estado ao PT, com a petroleira, ela e seu marido estão aí sendo... já foi enviado ao STF documentação, onde há suspeitas de envolvimento com a candidata que poderia ter ganho do Beto Richa. Com todo respeito, os professores merecem nossa atenção, nosso respeito; mas temos que pensar mais nos alunos. E os professores foram muito bem atendidos com 60% de aumento e os funcionários públicos federais pelo que sei, não ganharam nem a correção monetária. Não que os professores não mereçam os 60%, mas é um comparativo que toda sua fala poderia ser destinada ao Governo Federal. Está aí uma situação que há nos últimos 12 anos, um buraco sem fundo nas contas do Governo Federal e estão querendo jogar pra nós, pagar a conta. Estão querendo recriar o CPMF, onde vai sangrar da população 85 bilhões. Esses 85 bilhões, eles falam como se fosse 85 reais. Esses 85 bilhões que vão arrecadar com o CPMF vão sair do meu bolso, do seu bolso, do bolso de todos nós; da pessoa que recebe um benefício de 800 reais, vai ajudar a pagar a conta, porque o CPF não escolhe. Todo



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

mundo vai pagar, toda vez que ele for ao banco ele, vai estar pagando. Então Professor Paulino, com todo respeito que tenho por vossa pessoa, mas o senhor falar do ex-governador Álvaro Dias e do governador atual, Beto Richa. Antes de falar deles, temos que dar uma olhada, temos que ver a situação nacional, porque o Paraná sofre muito pelo desgoverno dos 12 anos de governo. Obrigado. (-Um aparte) – Vereador Luiz Frare: Pois não. – Vereador Rui Capelão: Eu gostaria já que falaram da usina Salto Segredo, naquela época eu estava na Copel e a gente acompanhou todo aquele processo. O que houve ali foi um cartel de empreiteiras, tentando aumentar o preço da usina e o governador não admitiu e derrubou a concorrência; porque pediram bem acima do que estava dentro do projeto planejado. Aí a empresa que apresentou o menor valor que foi a CR Almeida não aceitou, porque ela tinha sido a que apresentou o menor valor, só que bem acima do teto da obra. Com isso o governador anulou a concorrência e fez com que aquele cartel acabasse no Paraná, sendo construído o Salto Segredo por 3 empreiteiras em um consórcio do Estado, que foi: a DM Construtora de Obras e mais 2 pequenas empreiteiras que, construíram Salto Segredo. Foi uma atitude do governador na época, uma coisa que não estava sendo feita nesta oportunidade no Brasil, é combater os grandes cartéis de empreiteiras que estão roubando muito do Brasil. Obrigado. – Vereador Luiz Frare: A economia na época foi de 100 milhões de dólares e ninguém comenta isso. E quanto ao governador Beto Richa, vou repetir o que falei há semanas atrás: que bom que o governador tomou as medidas que precisavam ser tomadas, no final do ano passado. Claro que temos que pagar mais IPVA, mas salvou os municípios do Paraná porque o ICMS está crescendo, vem em torno de 17 a 18% a mais do que no ano anterior. E o IPVA, claro, foi 40% de aumento, nem todos pagam; 35, 33, depende do município, estão pagando em dia. Graças a ele, os municípios do Paraná hoje, ainda conseguem cumprir com seus compromissos. Se o Professor Paulino tem memória e tem, e se é inteligente e é, ele vai lembrar que o governo Requião não deu absolutamente nada pra categoria deles, a não ser aquela reposiçãozinha de vez em quando. Ao passo que o atual deu 50% em 4 anos, mas isso a gente esquece, não tem memória. A diferença é que a gente consegue colocar os defeitos e esquece as virtudes. “Não fez mais que a obrigação.” Um belo dia ele foi questionado no programa da CATVE de quem teria sido o governo que colocou 50%, na folha de cada professor? Ele relutou e depois falou: realmente foi o governo Beto Richa. Obrigado. – Presidente: Com a palavra vereador Jorge Menegatti. – Vereador Jorge Menegatti: Gosto de falar de assuntos locais, mas essa brecha desse assunto que me antecedeu, é muito interessante. Quando falamos que salvamos os Municípios, salvamos o Governo do Estado aumentando tributos, precisamos lembrar, se não me falha a memória, 45.000 proprietários de veículos em Cascavel não tiveram condições de pagar o IPVA, porque aumentou demais. Então quando a gente “salva” o Município e “salva” o Estado, sangrando a população aí a gente tem que ficar preocupado; porque está sempre a cordinha arrebentando pra o lado mais fraco. E infelizmente, a população de Cascavel e do Paraná todo está pagando mais caro a tributação em cima de 95.000 itens, e aí como se salva? É muito



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

fácil a pessoa falar, trabalho na empresa X, chega no final do mês ela se dá um aumento de 30, 40%, mas como ela faz isso? O Governo do Estado chega no patrão dele que é o povo paranaense, que somos nós e, sangra com mais 20, 30, 40% de imposto, aí é fácil salvar o Governo do Estado sangrando a população. Sabemos que no Poder Público é mais ou menos isso. Respeito o governador como autoridade constituída deste Estado, mas não concordo com o sangrar a população. Obrigado! Minha fala não era essa, mas como pediram pra abrir mão da palavra, aproveitei o gancho. – Presidente: O próximo é o vereador Robertinho Magalhães. – Vereador Robertinho Magalhães: Saímos do Agosto Azul, igual o Jorge Menegatti no começo do mês de agosto, mês dedicado à saúde do homem e entramos no setembro verde, que é dedicado a doação de órgãos e tecidos. Precisamos sensibilizar as pessoas sobre a doação de órgãos, porque morte existe sempre; porém o número de doadores é bem menor que o número de receptores que aguardam por um transplante, na fila. Dia 27 de setembro é Dia Nacional do Doador de Órgãos. Se você deseja ser um doador de órgãos, converse com seus familiares e expresse sua vontade em vida. O HU juntamente com a Unioeste está organizando uma corrida pela vida, corrida: doe órgãos e, vai ser dia 20 de setembro, a partir das 8:00 horas, saindo em frente do Hospital Universitário. Tem 4 quilômetros de caminhada, 5 e 10 quilômetros de corrida. Façam suas inscrições, pra que possamos conscientizar essas pessoas da doação de órgãos. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Cláudio Gaiteiro. - Vereador Cláudio Gaiteiro: Só pra lembrar o grande acontecimento que tivemos ontem em Cascavel, com a Stock Carlos Luiz de Oliveira, onde um grande evento no autódromo municipal de Cascavel. Cascavel apareceu pra 150 e poucos países; a imagem do Município de Cascavel. Estavam lá presentes, o vereador João Paulo de Lima, vereador Ganso Sem Limite; outros não lembro de ter visto e, foi sucesso total. A gente vendo a alegria daquele povo que estava lá, aquela movimentação onde quase 50.000 pessoas de toda região estavam ali concentradas, naquele grande evento. Parabenizar mais uma vez o município de Cascavel, por este grande evento e a Stock Car hoje, é a primeira corrida a nível de público; depois da Fórmula Truck aqui, no Brasil. Realmente foi um sucesso total a Stock Car ontem, no autódromo de Cascavel. – Vereador Robertinho Magalhães: Fica aqui o pedido sobre este mês, setembro verde; onde já protocolamos nosso projeto pra que entre no calendário da cidade essa data, esse mês tão importante pra doação de órgãos. Obrigado. – Presidente: Próximo inscrito seria o vereador Rui Capelão. - Vereador Rui Capelão: Vou dispensar meu tempo. – Presidente: Próximo inscrito seria o vereador Nei H. Haveroth. - Vereador Nei H. Haveroth: Abrirei mão do meu tempo hoje e amanhã, usarei do tempo. – Presidente: Obrigado. Então, até amanhã às 14:30 horas na segunda sessão da semana. – Presidente: Não havendo mais ninguém pra pronunciamento de interesse público encerro a presente sessão. O presidente encerrou a presente sessão ordinária às onze horas e vinte e cinco minutos. E nada mais havendo a tratar e a constar, foi transcrita por mim, Ivanilza Moreira Rocha, a presente ata, que depois de lida e aprovada será



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

devidamente assinada pelo Secretário e pelo Presidente que dirigiu os trabalhos nesta Sessão da Câmara Municipal de Cascavel.

GUGU BUENO

Presidente

VANDERLEI AUGUSTO DA SILVA

Secretário *ad hoc*